

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR
ATA DA 183ª SESSÃO ORDINÁRIA

Brasília, 23 de abril de 2013.

1 – ABERTURA

Às 9h15 do dia vinte e três de abril de dois mil e treze, o Comandante da Marinha e Coordenador da CIRM, Almirante-de-Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO, declarou aberta a Centésima Octogésima Terceira Sessão Ordinária da CIRM. Desejou boas-vindas, em nome da Comissão, aos novos integrantes do Colegiado presentes: o Embaixador ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, do Ministério das Relações Exteriores; a Reitora CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS e o Sr. DANILO GIROLDO, do Ministério da Educação; o Sr. LUIZ FERNANDO MAGALHÃES, do Ministério de Minas e Energia; a Sra. TAÍS DIAS MARTINS CARVALHO, do Ministério do Turismo; e o Sr. ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO, da Secretaria de Portos da Presidência da República. Destacou, ainda, as presenças do Sr. CARLOS ROBERTO FERREIRA DE DEUS, do Ministério da Saúde; e do Contra-Almirante GLAUCO CASTILHO DALL´ANTONIA, do Estado-Maior da Armada.

Participou que na pasta encontrava-se a Portaria de atualização da composição dos Membros da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, e que os nomes dos novos indicados seriam encaminhados ao Ministério da Defesa para a próxima atualização.

Membros e/ou Representantes que compareceram à Sessão:

• Casa Civil da Presidência da República (Casa Civil/PR)

Sr. RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES (Titular).

• Ministério da Defesa (MD)

Contra-Almirante RENATO RODRIGUES DE AGUIAR FREIRE (Titular); e
Capitão-de-Fragata EDUARDO DA COSTA PEREIRA JUNIOR (Suplente).

• Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Embaixador ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO (Titular);
Ministro FÁBIO VAZ PITALUGA (Suplente); e
Secretária BÁRBARA BOECHAT DE ALMEIDA (Representante).

• Ministério dos Transportes (MT)

Sr. JAIRO RODRIGUES DA SILVA (Titular).

- **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**
Sr. ANTONIO DIVINO MOURA (Titular); e
Sr. FRANCISCO QUIXABA FILHO (Suplente).
- **Ministério da Educação (MEC)**
Sra. CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS (Titular); e
Sr. DANILO GIROLDO (Suplente).
- **Ministério da Saúde (MS)**
Sr. CARLOS ROBERTO FERREIRA DE DEUS (Representante); e
Sra. ANA LUIZA VIVAN (Representante).
- **Ministério de Minas e Energia (MME)**
Sr. LUIZ FERNANDO MAGALHÃES (Titular); e
Sra. MÁRCIA MAIA (Convidada).
- **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)**
Sr. CÉSAR AUGUSTO DUMONT LABUTO (Suplente).
- **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)**
Sra. JANICE ROMAGUERA TROTTE DUHÁ (Suplente).
- **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**
Sr. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI (Titular);
Sr. PAULO ROGÉRIO GONÇALVES (Suplente);
Sr. SÉRGIO BRANT ROCHA (Representante);
Sra. LEILA AFFONSO SWERTS (Representante); e
Sra. JAQUELINE LEAL MADRUGA (Representante).
- **Ministério da Integração Nacional (MI)**
Sr. HAROLDO NAZARENO MELO MONTEIRO (Suplente).
- **Ministério do Esporte (ME)**
Sr. JOSÉ ROBERTO GNECCO (Titular).
- **Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)**
Sra. MARIÂNGELA DE LORENZO (Suplente).
- **Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR)**
Sr. ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO (Suplente).
- **Comando da Marinha (MB)**
Contra-Almirante GLAUCO CASTILHO DALL'ANTONIA (Convidado);
Contra-Almirante MARCOS SILVA RODRIGUES (Titular); e

2.0 - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

2.1 - Relação de documentos

O Coordenador da CIRM deu início à Sessão, participando aos presentes que o documento disponível na pasta sob o número CIRM 183/1 relacionava os demais documentos que serviriam de referência.

2.2 - Adoção da Agenda

O Coordenador da CIRM submeteu ao plenário a aprovação da Agenda Provisória, encaminhada aos membros no dia 4 de abril, e sugeriu que o subitem **3.3 - Criação do Comitê Executivo do Sistema de Modelagem Costeira do Brasil (SMC-Brasil)** fosse apresentado após o relato do GI-GERCO e que os subitens **3.2 - Criação de Grupo de Trabalho Relativo ao "Workshop Regional do Atlântico Sul Ocidental"** e **3.4 - Encaminhamento referente à Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande** fossem apresentados após o relato do PROAREA. Os representantes do MCTI, do MRE e do MMA sugeriram, respectivamente, as inclusões dos subitens **5.7 - Status da Revisão do Processo do Planejamento Estratégico do PROANTAR**, **8.4 - Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS** e **8.5 - Estratégia para Áreas Marinhas Protegidas**. A Agenda foi aprovada com as alterações sugeridas.

2.3 - Aprovação da Ata da 182ª Sessão Ordinária da CIRM

O Coordenador da CIRM participou que a Ata da 182ª Sessão Ordinária da CIRM e seus apensos foram encaminhados no dia 4 de abril, por ofício, para apreciação de todos os Membros. O Sr. LUIZ FERNANDO solicitou que fosse modificada a redação na linha 176, de "**na realização de atividades de mineração**", para "**na realização de estudos geológicos e de pesquisas minerais**". Feitas essas alterações, a Ata foi aprovada.

3.0 - ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Contra-Almirante SILVA RODRIGUES para apresentar o subitem seguinte.

3.1 - Criação de Grupo de Trabalho Relativo ao Uso Compartilhado do Ambiente Marinho

O Secretário da CIRM relatou que os assuntos relacionados ao mar, nos campos ambientais e socioeconômicos, vêm assumindo relevante papel no cenário mundial, principalmente, na necessidade de os Estados estabelecerem políticas para o uso compartilhado, com vistas ao desenvolvimento sustentável dos países.

Nesse sentido, a CIRM, desde o final de 2012, vem realizando reuniões de trabalho para estudar a melhor forma de conduzir o tema. Após uma sequência de reuniões, houve consenso que deveria ser criado um Grupo de Trabalho com o propósito específico de conduzir as discussões afetas ao “Uso Compartilhado do Ambiente Marinho”, entendido, preliminarmente, como sendo **“o uso racional do mar, dos fundos marinhos e de seus recursos, definido por um processo político, com o suporte de parâmetros técnico-científicos, que busca harmonizar os distintos interesses ou pressões naquele espaço, com vistas à consecução de objetivos ambientais, econômicos e sociais, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil, em áreas sob jurisdição nacional ou controle, respeitada a salvaguarda de interesses estratégicos e de Defesa Nacional”**.

Após o relato, o Almirante SILVA RODRIGUES apresentou a proposta de criação do GT relativo ao Uso Compartilhado do Ambiente Marinho, conforme deliberado pela Subcomissão para o Plano Setorial para os Recursos do Mar, em sua última Sessão Ordinária, realizada em 8 de abril de 2013. A proposta foi analisada pelo plenário, e, após a leitura da Resolução nº 1/2013/CIRM e da respectiva Portaria, o Coordenador da CIRM declarou aprovada a criação do Grupo de Trabalho "Uso Compartilhado do Ambiente Marinho" e assinou a Portaria correspondente.

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MMA, Sr. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI que, por sua vez, solicitou que a Sra. LEILA SWERTS apresentasse os informes técnicos do item seguinte.

4.0 - GRUPO DE INTEGRAÇÃO PARA O GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-GERCO)

A Sra. LEILA destacou as seguintes realizações no âmbito do GI-GERCO:

- A 45ª Sessão Ordinária do GI-GERCO contou com a presença de cerca de cinquenta participantes e representantes de treze dos dezessete estados costeiros brasileiros, que estavam em Brasília para o Seminário SMC Brasil, ocorrido na véspera;
- A aprovação da proposta de inclusão da representação da Agência Nacional de Águas no colegiado, o que facilitará o tratamento de questões envolvendo os ambientes estuarinos, conexão entre a gestão costeira e a gestão de bacias hidrográficas;
- A deliberação sobre a Resolução para a criação do Comitê Executivo para o Sistema de Modelagem Costeira - Brasil, bem como a composição do GI-GERCO;
- A atualização da representação do G-17, conjunto dos dezessete estados costeiros, tendo agora representantes dos estados do Maranhão, Bahia e São Paulo, três importantes segmentos da costa brasileira;

- O **II Seminário Internacional SMC-Brasil**, ocorrido no dia 3 de abril, com a presença de cerca de 150 participantes de diversas instituições e estados do Brasil, apresentou estudos de caso concluídos e em andamento, confirmando a adequação do modelo à realidade brasileira. Informou que uma das mesas mais importantes versou sobre formação em gestão costeira, com a presença da Capes, do CNPq e do PPG-Mar, na qual foram debatidas oportunidades de apoio, concessões de bolsas, editais e outras propostas de incrementação. Enfatizou que o SMC-Brasil não deve ser pensado como um software, mas sim como um projeto que prevê a capacitação de recursos humanos, a disponibilização de dados e a instrumentalização e o desenvolvimento metodológico para os gestores da zona costeira;

- O **Seminário Sobre Sinalização de Unidades de Conservação Marinhas**, realizado em abril, discutiu as dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público Federal para fazer cumprir as normas relativas às Unidades de Conservação Marinhas, principalmente nas questões do fundeio de barcos nessas áreas. Como desdobramento, foi criado no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) um GT para detalhar e encaminhar a solução da sinalização e a inserção das Unidades de Conservação Marinhas nas cartas náuticas; e

- A constituição de um Grupo de Trabalho para estudar a questão de demandas de portos, coordenado pela Secretaria Especial de Portos - SEP e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. Esse grupo deverá levar em conta o crescimento portuário desordenado na zona costeira, observado no Estado do Espírito Santo, onde há uma demanda que excede a capacidade de instalação dos terminais.

Finalizando, lembrou que, em 2013, a Lei 7661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, completa 25 anos, oportunidade para reflexões sobre os avanços e proposições para o futuro, e informou que, ainda neste ano, o MMA realizará a **IV Conferência Nacional do Meio Ambiente**, tendo "Resíduos Sólidos" como tema central, entendendo que o lixo marinho tem sua origem principalmente no tratamento indevido desses resíduos.

O Sr. ALBER, representante da Secretaria Especial de Portos - SEP, ponderou que o planejamento do setor portuário não é desordenado. Explicou que, atualmente, existem 35 portos públicos marítimos instalados, e que novas instalações portuárias, que serão autorizadas, passam por um rito ordinário de licenciamento ambiental, bem como de autorizações. Com relação à demanda crescente no Espírito Santo, o Estado conta com um órgão licenciador. Informou que a SEP, também, possui uma estrutura que trata da questão ambiental. Finalizando, assegurou que, para autorizações, há estudos precedentes muito bem embasados.

A respeito da questão de "Sinalização de Unidades de Conservação Marinhas", a Sra. MARIÂNGELA expôs a necessidade de atuação conjunta com o setor pesqueiro, e colocou o

MPA à disposição para participar desse processo, desde o início, e não somente nas audiências públicas, de forma a auxiliar a cadeia produtiva a reconhecer a importância das Unidades de Conservação Marinhas.

O Almirante MOURA NETO considerou importante que o MPA possa contribuir e sugeriu que o MMA avalie a possibilidade daquele Ministério participar dos processos desenvolvidos pelo GI-GERCO. O Sr. ROBERTO BRANDÃO concordou com a posição do MPA e informou que nem todas as estratégias para a recuperação de recursos marinhos exigem a criação de Unidades de Conservação.

Após o relato do GI-GERCO, o Coordenador concedeu a palavra ao representante do MMA, para apresentar o subitem 3.3, conforme a agenda adotada.

3.3 - Criação do Comitê Executivo do Sistema de Modelagem Costeira do Brasil (SMC-Brasil)

O Sr. ROBERTO BRANDÃO passou a palavra para a Sra. LEILA que relatou:

O SMC, fruto de uma cooperação entre Brasil e Espanha, vem sendo discutido pelo GI-GERCO desde 2009 e tem como núcleo central uma ferramenta matemática de modelagem, com vistas à capacitação de gestores estaduais para o gerenciamento costeiro, à formação de pesquisadores, ao apoio a projetos locais e à disponibilização de uma série histórica de dados oceanográficos.

Em 2011, após debates em várias reuniões do GI-GERCO foi deliberado pela constituição de um Comitê Executivo para levar adiante esse projeto, considerando a necessidade de suporte de outras áreas. Finalizando, explicou que foi feita consulta, por ofício, aos Órgãos, quanto ao interesse em participar desse Comitê Executivo, e que sete Instituições responderam favoravelmente.

Após o relato, o Secretário da CIRM apresentou a proposta de criação do Comitê Executivo do Sistema de Modelagem Costeira do Brasil (SMC-Brasil), conforme deliberado pelo GI-GERCO em sua 45ª Sessão Ordinária, realizada em 4 de abril de 2013.

O Sr. LUIZ FERNANDO propôs a inclusão do MME e da CPRM no referido Comitê Executivo.

A Sra. JANICE, inicialmente, manifestou o interesse do MCTI na criação desse Comitê Executivo, mas ressaltou a importância da nacionalização da ferramenta, levando em conta os polos de conhecimento existentes no país, e a necessidade de que ela disponibilize os dados.

Finalizando, disse que espera que o Comitê Executivo SMC-Brasil tenha como meta prioritária a criação de um Programa que faculte o tratamento da questão da modelagem costeira. Citou, ainda, como exemplo, a construção do Comitê Executivo do Sistema Brasileiro de

Monitoramento Oceanográfico e Climatológico.

A Sra. CLEUSA solicitou a inclusão do MEC no Comitê Executivo do SMC-Brasil, considerando os estudos e as possibilidades existentes em diversas universidades.

O Sr. PAULO ROGÉRIO julgou procedentes as ponderações do MCTI e considerou que a transformação do SMC num programa fortaleceria o Sistema como um todo, não havendo obstáculo do MMA para essa proposta.

A proposta foi analisada pelo plenário e após ressalvas, inclusões e alterações sugeridas, foram feitas as leituras da Resolução nº 3/2013/CIRM e da respectiva Portaria, tendo o Coordenador da CIRM declarado aprovada a criação do "Comitê Executivo do Sistema de Modelagem Costeira do Brasil (SMC-Brasil)", e assinado a Portaria correspondente.

5.0 - SUBCOMISSÃO PARA O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Secretário da CIRM, que apresentou o seguinte relato sobre o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

5.1 - Operação Antártica XXXI

Iniciada no dia 6 de outubro de 2012, a Operação Antártica XXXI está sendo considerada como a Operação mais complexa já realizada na região Antártica pelo Brasil, em razão dos aspectos logísticos e operacionais que envolveram, até o momento, elevado número de recursos humanos e meios materiais.

Não obstante o incêndio que afetou grande parte das instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), o PROANTAR realizou consideráveis esforços com vistas a manter as atividades de pesquisa programadas, tendo sido desenvolvidos vinte e um projetos em diversas áreas, que contaram com a participação de cerca de duzentos pesquisadores, número acima da média, em relação à participação científica em Operações Antárticas anteriores.

Ocorreu uma significativa sinergia nesta Operação entre os três macros segmentos que atuam no Programa Antártico Brasileiro. A pesquisa, representada pelo MCTI; o ambiental, conduzido pelo MMA e a logística com dois atores, a Marinha e a Força Aérea Brasileira (FAB).

Neste ano quebraram-se paradigmas, houve substancial participação de pesquisadores e novas iniciativas no campo da biologia molecular (foi apresentado um vídeo com o relato do Dr. BENY SCHMIDT, Pós-Doutorado pela Universidade de Colúmbia, pesquisador do Projeto Virgínia), tendo os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Meio Ambiente desenvolvido papel excepcional.

No último verão antártico, o apoio logístico assumiu enormes proporções, fruto das necessidades desencadeadas pelas tarefas de reconstrução da Estação. Uma grande mobilização

foi planejada com o emprego simultâneo de cinco navios.

O Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” foi empregado em atividades de apoio à pesquisa, e em diversas atividades logísticas, como o transporte e abastecimento de combustível e o envio de materiais e equipamentos necessários às obras de desmonte da EACF.

O Navio Polar “Almirante Maximiano” atuou integralmente no apoio às pesquisas, em função de possuir diversos laboratórios e equipamentos específicos para atender à demanda dos projetos científicos, como a realização de sondagens e levantamentos oceanográficos nos mares austrais. Tendo a capacidade de operar com dois helicópteros da Marinha do Brasil, foi também responsável pelas tarefas de lançamento e recolhimento de diversos acampamentos realizados em diferentes locais da região antártica durante o verão de 2012-2013.

Outro meio naval empregado foi o Navio de Socorro Submarino “Felinto Perry” que, além de apoiar no transporte de carga e pessoal, recebeu a missão de coordenar as atividades de apoio à reflutuação da embarcação “Mar Sem Fim”, de bandeira brasileira, naufragada na Baía “Fildes” em abril de 2012.

Estes três navios da Marinha do Brasil, que encerraram suas tarefas no Continente Gelado no início de abril de 2013, foram responsáveis, ainda, pelas atividades de apoio aos sete voos realizados na OPERANTAR XXXI, de um total de dez previstos até o mês de setembro do corrente ano. Essas ações conjuntas entre a Marinha do Brasil (MB) e a FAB vêm exigindo um alto grau de preparação e adestramento, e ratificam a importância de uma forte estrutura logística capaz de suprir as necessidades de transporte e desembarque de pessoal e material, indispensável às pesquisas e à sobrevivência em locais e em condições tão peculiares.

Além dos navios militares brasileiros, foi fretado, pela Marinha, o Navio Mercante “Germania”. Esse navio, com grande capacidade de carga, foi utilizado no transporte de equipamentos e pessoal, na hospedagem das equipes de desmonte e no armazenamento dos escombros da antiga Estação.

Fruto da cooperação internacional existente entre os Países membros do Tratado da Antártica, empregou-se o navio da Armada Argentina “ARA Bahia San Blas”, que realizou o transporte dos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) da cidade de Punta Arenas até a Baía do Almirantado.

Com o objetivo de garantir a preservação ambiental na Antártica, cumprindo as regras contidas no Protocolo de Madri (Protocolo Ambiental), o PROANTAR adotou uma série de diretrizes e ações preventivas. Todas as atividades foram realizadas sob a supervisão de representantes do MMA.

Finalizando, enfatizou que os resíduos gerados pelo incêndio, num total de cerca de 900

toneladas, foram coletados seletivamente e trazidos ao Brasil, onde será dada destinação adequada, conforme previsto naquele acordo.

5.2 - Desmonte da Estação Antártica Comandante Ferraz

Para exibir a exata dimensão da complexidade que foi o planejamento e a execução da operação de desmonte da Estação e a montagem dos MAE, foi projetado um vídeo. A desmontagem encerrou-se no dia 17 de março de 2013, com o suspender do “NM Germania” da Antártica, e iniciou-se a fase que corresponde à desmobilização, concluída no dia 10 de abril, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, com o descarregamento total dos destroços da EACF.

Foi apresentada, também, a conclusão do relatório apresentado por Inglaterra, Holanda, Nova Zelândia e Espanha, que inspecionaram a operação de desmontagem da EACF.

5.3 - Módulos Antárticos Emergenciais (MAE)

Comunicou que foi concluída a instalação dos Módulos Antárticos Emergenciais na Península Keller. São 45 módulos dispostos sobre o heliponto e nas proximidades, devidamente mobiliados e equipados com os sistemas elétrico, hidrossanitário e de combate a incêndios, necessários ao seu pleno funcionamento, com uma área total de 940,36 m².

A reativação dos módulos isolados da edificação principal, que não foram atingidos pelo incêndio, foi realizada com sucesso. Dessa forma, o Laboratório de Química, o Módulo VLF e o Módulo de Meteorologia foram interligados aos MAE e estão operacionais, o que possibilita a retomada dos trabalhos científicos na EACF. Em fevereiro, foram restabelecidos os serviços de telecomunicações da Estação pela Empresa OI Telecomunicações. Na cerimônia, houve uma videoconferência entre o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO, que estava na Antártica, e o Ministro das Comunicações, PAULO BERNARDO, que se encontrava no Rio de Janeiro.

Os Módulos Antárticos foram projetados para formar um sistema completo e autossuficiente. Com capacidade para acomodar até 66 pessoas, os MAE estão abrigando o Grupo Base e apoiarão as pesquisas naquele continente até a reconstrução das edificações definitivas da EACF, mantendo a capacidade do Brasil de dar continuidade à presença permanente na Antártica. Ao final do relato, foi apresentado um vídeo sobre os Módulos Antárticos Emergenciais.

5.4 - Nova Estação Antártica Brasileira

Um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) foi constituído para estabelecer os requisitos de alto nível para a reconstrução da EACF, por meio da Portaria Interministerial nº 1.199, de 4 de maio de 2012, com representantes da SECIRM, da Diretoria de Engenharia Naval (DEN-MB), da Diretoria de Obras Civas da Marinha (DOCM), do MCTI e do MMA.

Um *workshop* com os objetivos de especificar os laboratórios internos e remotos da nova EACF e de detalhar as demais necessidades da comunidade científica usuária ocorreu no Centro de Pesquisas da Petrobras (CENPES), no Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de agosto de 2012, envolvendo a comunidade científica, o MCTI, o MMA, a SECIRM e o Centro de Hidrografia da Marinha (CHM).

No dia 16 de outubro, houve um Seminário, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com participantes daquela instituição, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Petrobras, da DOCM, da DEN e da SECIRM. Os participantes desse Seminário foram divididos em GT com a finalidade de redigirem os demais aspectos conceituais do Termo de Referência: sistemas construtivos, materiais e técnica; conforto ambiental; água e sistema hidráulico; esgoto e sistema sanitário; resíduos sólidos; energia; qualidade do ar; segurança; logística; e rede de dados e voz.

Um Termo de Referência foi elaborado com as informações obtidas em todos os segmentos, o qual orientou os arquitetos que participaram do Concurso Estação Antártica Comandante Ferraz, lançado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) no dia 28 de janeiro de 2013. O concurso propiciou ao IAB selecionar o melhor projeto em nível de estudo preliminar para as novas instalações da estação científica brasileira na Antártica.

No dia 22 de fevereiro, foi conduzido um Seminário, na sede do IAB, com o propósito de levar ao conhecimento de todos os concorrentes alguns aspectos técnicos do objeto do Concurso. Foram proferidas palestras por representantes dos MCTI, do MMA, da MB e de Consultores Técnicos que trabalharam no Termo de Referência.

A divulgação do resultado do Concurso ocorreu no dia 15 de abril, na sede do IAB, onde estavam expostos os 74 projetos concorrentes. O Projeto de Estudo no Nível Preliminar selecionado foi idealizado pelo Arquiteto e Urbanista FÁBIO HENRIQUE FARIA, do Estúdio 41, de Curitiba, PR. Na proposta, os setores funcionais estão organizados em blocos que distribuem os usos. O bloco superior, a ser construído a 9,10 metros de altitude, abrigará os camarotes, áreas de serviço, de jantar e de estar. No bloco inferior, a 5,95 metros, estarão os laboratórios e as áreas de operação e manutenção. Esse mesmo bloco contemplará as garagens e o paiol central, localizados a 2,50 metros de altitude.

Um bloco transversal unirá os usos social e de trabalho. Neste trecho, serão posicionados a sala de vídeo/auditório, a *lan house*, a sala de reuniões e videoconferência, a biblioteca e o estar.

Quando implantados, os blocos principais, em conjunto com heliponto, garagem e tanques de combustíveis, definirão uma praça de logística ao norte do complexo principal. A planta é completada com painéis fotovoltaicos, também ao norte, e de turbinas eólicas a sudoeste.

Após a confirmação do resultado e a contratação do escritório vencedor do concurso, terá início o importante e complexo processo de avaliação dos respectivos Estudos Preliminares, Anteprojetos e Projeto Executivo, que será realizado pelo mesmo Grupo de Trabalho. Em paralelo, será contratada uma empresa especializada para fazer o Estudo de Avaliação Preliminar de Impacto Ambiental da nova EACF.

Ressaltou, ainda, que o Projeto vencedor é fruto do Termo de Referência que contou com a colaboração do MCTI, do MMA, da Comunidade Científica e de Órgãos da Marinha. Salientou que os ajustes identificados pela comunidade científica serão atendidos na próxima fase que se inicia, e que será realizada uma licitação para contratação da obra, com previsão de início no verão de 2013.

O Almirante MOURA NETO agradeceu aos envolvidos na elaboração do Termo de Referência e cumprimentou os arquitetos vencedores pelo Projeto vitorioso, o qual contempla, com exatidão, o que consta do citado Termo.

5.5 - Resgate da Embarcação "Mar Sem Fim"

No dia 7 de abril de 2012, a embarcação brasileira "Mar Sem Fim" naufragou na Baía Maxwell, próximo à Base Aérea Chilena "Presidente Eduardo Frei Montalva".

Durante todo o inverno, quatro militares brasileiros do Grupo-Base da EACF permaneceram na Base Chilena "Frei" e mantiveram o acompanhamento e o monitoramento do iate.

A operação de resgate foi iniciada no dia 21 de janeiro de 2013, pela empresa Nautilus, contratada pelo proprietário. Os trabalhos se desenvolveram com a supervisão e o apoio do MMA e da MB. O Secretário da CIRM foi designado representante da Autoridade Marítima Brasileira, sendo responsável por fiscalizar a operação. O Navio de Socorro Submarino "Felinto Perry" foi disponibilizado para apoio à operação.

A Estação Russa, a Estação Chinesa e militares da Marinha do Chile, sediados na Estação "Frei" ajudaram, também, no resgate, com máquinas e equipamentos, por solicitação da MB.

A embarcação "Mar Sem Fim" foi reflutuada com sucesso, tendo sido rebocada através do Estreito de Drake e atracada na cidade de Punta Arenas, no dia 25 de fevereiro de 2013.

O Sr. PAULO ROGÉRIO expressou a satisfação do MMA de ter participado de cada etapa, desde a tragédia do incêndio, da fase do desmonte e do concurso para a reconstrução da nova Estação. Ressaltou a clareza do Termo de Referência e a associação com o Instituto de Arquitetos do Brasil, conferindo maior transparência ao processo. Finalizando, parabenizou os arquitetos vencedores pelo projeto moderno e arrojado que apresentaram.

A respeito do desmonte da Estação, a Sra. JAQUELINE apresentou um detalhamento das

questões relacionadas ao atendimento do Protocolo de Madri. Citou o acompanhamento contínuo executado pelo MMA com vistas à minimização dos impactos ambientais durante a desmontagem, a montagem dos Módulos Antárticos Emergenciais, a remoção dos escombros e o transporte dos resíduos para o Brasil.

O Almirante SILVA RODRIGUES acrescentou que inspetores de outros países estiveram verificando, *in loco*, os trabalhos que estavam sendo realizados e ficaram impressionados com o nível, os cuidados, a grandiosidade e os meios empregados pelo Brasil durante a desmontagem da Estação.

O Embaixador CORREIA DO LAGO considerou extraordinária a maneira como o Brasil reagiu ao incêndio. Comentou que essa oportunidade mostrou o espírito do Tratado da Antártica, com a solidariedade dos outros países, principalmente a cooperação oferecida pela Argentina e pelo Chile. Lembrou que no próximo ano o Brasil vai sediar a XXXVII Reunião Consultiva do Tratado da Antártica - ATCM, oportunidade excepcional para o País mostrar o seu compromisso com o Tratado da Antártica, com a preservação ambiental daquele continente, com o conhecimento científico e, também, dar maior visibilidade aos esforços brasileiros. Agradeceu à Marinha do Brasil, ao MCTI e ao MMA por proporcionarem a apresentação de onze documentos na próxima ATCM, em Bruxelas, mostrando o quanto o Brasil está envolvido com as questões antárticas. Finalizando, elogiou o Projeto de reconstrução e parabenizou os arquitetos vencedores.

A Sra. JANICE manifestou o reconhecimento e agradecimento do MCTI à Marinha do Brasil e à Secretaria da CIRM pela forma consistente, pragmática e bem sucedida como agiram desde o incêndio na Estação Antártica Comandante Ferraz. Lembrou que, imediatamente após o acidente, o MCTI se empenhou, e foram disponibilizados recursos extraordinários para equipar os futuros laboratórios com os equipamentos necessários para dar continuidade às pesquisas na região. Informou que esses equipamentos estão disponíveis e, tão logo seja possível, deverão ser instalados nos Módulos Antárticos Emergenciais, possibilitando a retomada das pesquisas na área da estação, a partir do próximo verão. Expressou o reconhecimento à Marinha, na certeza de que foi escolhido o melhor MAE existente no mercado internacional, possibilitando ao PROANTAR dar um salto de qualidade, saindo das cinzas para uma situação de reconhecimento internacional. Finalizando, parabenizou os arquitetos pelo excelente trabalho desenvolvido para o Projeto de reconstrução.

O Sr. RODRIGO, em nome da Casa Civil da Presidência da República, parabenizou a CIRM pelo processo de desmontagem da Estação, pela condução da instalação dos MAE e ressaltou a importância do uso de fontes renováveis nas novas instalações. Finalizando,

cumprimentou os autores do projeto de arquitetura vencedor.

O Almirante MOURA NETO ressaltou o total apoio dado pela Presidenta da República, desde o primeiro momento, politicamente e com recursos, para a reconstrução das instalações brasileiras na Antártica.

O Coordenador concedeu a palavra à representante do MCTI para relatar os subitens 5.6 e 5.7.

5.6 - Plano de Ação para a Ciência Antártica

A Sra. JANICE apresentou o trabalho que vem sendo realizado pelo Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas – CONAPA, órgão de assessoria do MCTI nos assuntos científicos e tecnológicos do Brasil na Antártica. A representante espera que a proposta de Plano de Ação para a Ciência Antártica de 2013 a 2022 seja assunto para deliberação na próxima Sessão Ordinária.

Liderada pelo Professor JEFFERSON SIMÕES, a proposta do Plano de Ação visa criar um arcabouço científico e tecnológico que a comunidade científica brasileira entende ser o caminho a ser seguido pelo PROANTAR, e está à disposição para consulta pública no site do MCTI, até o dia 25 de maio. Busca alcançar um Programa Científico atualizado e o uso racional e econômico da estrutura do PROANTAR. Outro interesse do MCTI é a utilização dos satélites brasileiros pelo PROANTAR, explorando todas as conexões possíveis da Antártica com o Continente Sul-Americano. Explicou que o Plano de Ação proposto contempla os seguintes Programas:

1 - Interações gelo-atmosfera, a respeito do papel da criosfera no clima do Hemisfério Sul e da evolução dos processos biogeoquímicos ao longo dos últimos dois mil anos;

2 - Efeitos das mudanças climáticas na biocomplexidade dos ecossistemas antárticos e suas conexões com a América do Sul, com ênfase na origem, na evolução e na distribuição da biodiversidade no Continente Gelado;

3 - Vulnerabilidade e mudanças climáticas no oceano Austral, com base nos processos físicos e biogeoquímicos associados às variações na circulação das águas e sua interação com o gelo marinho e as plataformas de gelo que possam ter impacto no clima continental e oceânico;

4 - Papel da Antártica na ruptura do Gondwana e na abertura do oceano Atlântico Sul, a partir de estudos sobre o oceano Austral, visando ao entendimento da sua influência passada e atual sobre a margem continental e os recursos petrolíferos do território nacional; e

5 - Dinâmica da alta atmosfera na Antártica e seus impactos na redução do ozônio estratosférico no clima do Polo Sul e em ecossistemas associados.

Finalizando, reconheceu que existem novas áreas de investigação, para as quais não temos

programas relacionados, citou que as conexões com o Ártico precisam ser consideradas e solicitou a ampla divulgação desse Plano de Ação.

5.7 - Status da Revisão do Processo do Planejamento Estratégico do PROANTAR

A Sra. JANICE informou que o Plano de Ação foi apresentado na reunião do Conselho Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA. Ressaltou que o Programa Antártico Brasileiro é muito mais do que o programa científico: é a capacidade logística de apoiar as atividades de pesquisa, e, sobretudo, as orientações da própria Política Antártica Brasileira, sendo fundamental que um Programa dessa envergadura tenha um planejamento estratégico. Concluindo, assegurou a necessidade de evoluir, retomando o relatório do planejamento estratégico do PROANTAR e, em paralelo, trabalhar no Plano de Ação à luz dos interesses da Comissão Nacional para os Assuntos Antárticos - CONANTAR - e da Política Antártica Brasileira - POLANTAR.

O Embaixador CORRÊA DO LAGO solicitou que o Ministro PITALUGA comentasse sobre a intenção de reativar a CONANTAR. O Ministro PITALUGA lembrou que o Plano Estratégico do PROANTAR já foi discutido, tendo gerado uma primeira versão, acolhida pela CIRM na sessão de novembro de 2011. Trata-se de um documento com vários pontos positivos, que possibilitam um planejamento estratégico mais estruturado. Ponderou que, como o PROANTAR já tem mais de trinta anos e a Política Antártica Brasileira é de 1987, há necessidade de adaptar o PROANTAR aos novos tempos. Considerou de grande relevância a tentativa do MCTI de trazer para discussão novos programas da ciência antártica brasileira, de forma que o Estado brasileiro tenha uma ideia sobre quais são as pesquisas de interesse. Concluindo, informou que o MRE deverá retomar as reuniões da CONANTAR, que desde 2007 não se reúne, para a discussão de questões relacionadas à Política Antártica.

O Almirante AGUIAR FREIRE comunicou que está sendo encaminhado para a CIRM um expediente do Ministério da Defesa do Peru, solicitando apoio e assessoramento para a reativação da estação Peruana, o que demonstra a confiança e o reconhecimento da comunidade antártica latino-americana.

O Ministro PITALUGA ressaltou que, na última Operação Antártica, houve significativo apoio da Argentina na condução das atividades do PROANTAR, com o emprego do Navio "ARA Bahia San Blas", na operação de desmonte, e a utilização da Estação "Câmara", para o desenvolvimento de pesquisas. Esse apoio é fruto da aproximação com os parceiros sul-americanos, facilitando a integração nas áreas ambiental, científica e logística. Concluindo, registrou a recente assinatura de um memorando de entendimento entre o Brasil e o Chile, para cooperação em assuntos antárticos.

O Sr. DIVINO MOURA lembrou o início do PROANTAR, a exemplo de como

funcionava o programa inglês, desenvolvendo suas atividades de pesquisa nas áreas de ciências da terra, ciências da vida, ciências da atmosfera, logística, educação e treinamento. Destacou a expansão do aprendizado ao longo dos últimos trinta anos do PROANTAR, e a conseqüente evolução para novas dimensões do conhecimento.

A respeito dos interesses do PROANTAR abordados na proposta do “Plano de Ação para a Ciência Antártica”, o Sr. LUIZ FERNANDO indagou a Sra. JANICE em que patamar está a questão econômica, que antes tinha um peso maior, e como será considerada a questão geopolítica. A Sra. JANICE explicou que houve um desaquecimento dos estudos geológicos, em virtude dos diplomas legais que proibiam a exploração mineral. Lembrou que o Tratado Antártico tem duração e que o conhecimento é infinito, e disse, ainda, que um diploma legal não deve restringir o conhecimento científico. As preocupações quanto aos recursos financeiros e aos aspectos geopolíticos justificam a discussão sobre o Planejamento Estratégico para o PROANTAR, considerando, inclusive, a orientação da CONANTAR.

O Almirante MOURA NETO julgou importante que a representante do MCTI tenha abordado a proposta de Plano de Ação para a Ciência Antártica e o Planejamento Estratégico do PROANTAR e que o MRE tenha destacado a POLANTAR e a reativação da CONANTAR, evidenciando a necessidade do trabalho em conjunto para que, com essas ferramentas, seja possível definir os aspectos científicos e ambientais a serem alcançados.

6.0 - SUBCOMISSÃO PARA O LEPLAC

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MRE para relatar as atividades do LEPLAC, tendo o Embaixador CORRÊA DO LAGO solicitado ao Ministro FÁBIO VAZ PITALUGA que divulgasse as informações.

6.1 - O Relatório da Área Sul

Está pronto e foi distribuído para análise dos representantes da Subcomissão do LEPLAC. Cumprimentou a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) e a equipe do Almirante RIBAS pelo excelente trabalho realizado. Esse Relatório é composto por texto, figuras e uma referência bibliográfica, contendo, principalmente, a interpretação geológica e geofísica da Margem Continental Sul, que serviu de subsídio para a definição das Bases do Talude e dos Pés do Talude Continental naquela área.

Após análise, o Relatório da Área Sul foi acolhido pela Subcomissão do LEPLAC, ressaltando-se uma possível alteração para inclusão da Elevação do Rio Grande (ERG), num futuro próximo, se for o caso. Observou que, apenas, não foi possível encontrar dados que permitissem que uma pequena área na fronteira com o Uruguai, de aproximadamente 6.000 Km²,

pudesse chegar até as 350 milhas náuticas.

6.2 - O Relatório Área Norte

Está sendo elaborado e existe uma possibilidade de que o Brasil venha a recuperar uma parte da área que foi questionada pela Comissão de Limites da Plataforma Continental no Cone do Amazonas.

Enfatizou que houve uma readaptação do cronograma do LEPLAC, em razão das discussões sobre a existência ou não de condições de inclusão da Elevação do Rio Grande na Plataforma Continental estendida. A Subcomissão decidiu prosseguir, sem interrupções, o programa de extensão da plataforma, a fim de responder às considerações da Comissão de Limites. A nova expectativa é que, a partir de julho de 2014, os relatórios de todas as áreas estejam finalizados e, após isso, deverá ser considerada a oportunidade política para a apresentação da submissão à Comissão de Limites, pois, envolve um tema de interesses econômicos internacionais crescentes.

7.0 - SUBCOMISSÃO PARA O PLANO SETORIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MRE para relatar o próximo subitem, tendo o Embaixador CORRÊA DO LAGO solicitado ao Ministro PITALUGA que discorresse sobre o seguinte:

7.1 - Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial – PROAREA

O PROAREA foi lançado em setembro de 2009 e tem como principais interesses o levantamento do potencial mineral dos depósitos de crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande - ERG, o estudo de sulfetos polimetálicos na cadeia mesoatlântica e, também, reunir, integrar e tornar acessíveis os dados disponíveis sobre geologia e recursos minerais do Atlântico Sul. Essas iniciativas são de grande interesse político e estratégico para o país, pois o Brasil tem um protagonismo, pela sua própria dimensão, e deve sim conhecer o Atlântico Sul profundamente. Recordou que, em 2012, foram concluídos os levantamentos e as coletas de amostras de crostas cobaltíferas na ERG, e que o código para prospecção e exploração foi aprovado no mesmo ano, na reunião da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA). Agora, o Brasil precisa tomar a decisão política de apresentar um Plano de Trabalho para prospecção e exploração dessas crostas. Esse Plano de Trabalho, que está tecnicamente bastante avançado, vem sendo elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM e, após ser avaliado pelo MME, será encaminhado à CIRM, para decidir o momento correto da apresentação à Autoridade. O fato de o Brasil estar fazendo pesquisas na Elevação do Rio Grande é de

conhecimento internacional. Países que estão fazendo exploração de sulfetos polimetálicos, na cadeia mesoatlântica, seguramente, estão atentos aos trabalhos que o Brasil vem realizando a respeito de crostas cobaltíferas. E o Brasil não pode deixar de ser o primeiro a solicitar a exploração e a prospecção de crostas cobaltíferas, numa região tão próxima à costa brasileira. A ERG possui duas áreas distintas, sendo que a parte que apresenta crostas cobaltíferas mais espessas está muito mais próxima do continente. As áreas levantadas totalizam 78.000 km², sendo que 17.000 km² possuem crostas, onde foram selecionados diversos blocos. Conforme preconizado pelo código de crostas cobaltíferas, a área que teríamos o direito de solicitar à ISBA poderá ter no máximo 3.000 km². Ressaltou que, nesse processo, é importante saber se a ERG é crosta continental ou crosta oceânica e, para isso, foram feitos vários estudos, inclusive com a contratação de duas linhas sísmicas. A análise preliminar dessas linhas indica que há opiniões divergentes, ou seja, serão necessários estudos adicionais, que vão requerer tempo e recursos humanos e orçamentários. Com relação à participação do País na comissão jurídica e técnica, o Ministro PITALUGA informou que, em 2011, o Brasil elegeu um técnico da CPRM, o Dr. KAISER, para essa comissão. Ocorre que, agora, ele não pertence mais aos quadros do MME, havendo a necessidade de um substituto. O MME está em conversação com o Dr. KAISER para a apresentação de uma carta de renúncia, podendo ele participar da próxima reunião, em 8 de julho, na Jamaica. A CPRM indicou, como substituto, o Dr. ROBERTO VENTURA SANTOS, havendo a necessidade da sua eleição.

Após o relato, o Secretário da CIRM sugeriu que o plenário deliberasse sobre o item **3.4 - "Encaminhamento do Plano de Trabalho para Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande"** à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, conforme deliberado pela Subcomissão para o Plano Setorial para os Recursos do Mar, em sua 123^a Sessão Ordinária.

A Sra. JANICE manifestou o interesse do MCTI nesse tema e, entendendo que o Plano de Trabalho ainda está em execução, solicitou que fosse acrescentado, na resolução, "sugerir do ponto de vista político, que seja encaminhado, tão logo aprovado pela CIRM, o Plano de Trabalho para exploração de crostas cobaltíferas".

O Sr. LUIZ FERNANDO esclareceu que a CPRM está concluindo o preenchimento dos formulários estabelecidos pela ISBA e que, tão logo o processo esteja completo, será encaminhado ao Ministro de Minas e Energia, para envio à CIRM para aprovação. Acrescentou que, neste momento, não está claro se a CPRM tem atribuição legal de requerer essa exploração e, indagou sobre qual Instituição, com atribuição legal, poderá fazê-la. Lembrou que o código para exploração de crostas cobaltíferas contém uma série de condições, citando, como exemplo,

a garantia de capacidade técnica e financeira da Instituição que está requisitando a exploração.

Após diversas observações e contribuições do plenário, e considerando as alterações solicitadas, o Almirante MOURA NETO sugeriu a aprovação da resolução de encaminhamento e, tão logo o Plano de Trabalho esteja pronto, deverá ser aprovado em sessão extraordinária da CIRM e encaminhado, com uma exposição de motivos, à Presidenta da República. Em seguida, declarou aprovada a sugestão de encaminhamento do Plano de Trabalho para a exploração de crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande e assinou a Resolução nº 4/2013/CIRM.

Dando sequência, o Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MRE para apresentar o subitem 3.2, consoante com a alteração da agenda. O Embaixador CORRÊA DO LAGO atribuiu ao Ministro PITALUGA a apresentação.

3.2 - Criação de Grupo de Trabalho relativo ao "*Workshop Regional do Atlântico Sul Ocidental*"

O Ministro PITALUGA relatou que, durante a Conferência Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002, foi decidido estabelecer sob a égide da Organização das Nações Unidas - ONU, um processo para avaliação global integrada do ambiente marinho, incluindo seus aspectos socioeconômicos, chamado de "Processo Regular". Esse processo é desenvolvido em fases, tendo sido estabelecido que a primeira fase vai de 2010 a 2014, e, nessa fase, vem sendo discutida a questão do método da primeira avaliação integrada do estado do meio ambiente marinho. Um dos pontos importantes contidos nesse Processo é a discussão sobre a necessidade de um mecanismo para prover o desenvolvimento de capacidades e a transferência de tecnologia. Essa avaliação inicial vai fornecer um panorama do estado do ambiente marinho e de seus aspectos socioeconômicos, e servirá de base para futuras avaliações globais. Nesse sentido, vêm sendo realizados seminários regionais, no âmbito da ONU, com o objetivo de produzir o inventário das avaliações existentes. Até o momento, foram realizados os seguintes seminários: Oceano Atlântico Norte; Pacífico Sul; Pacífico Oeste; Índico Ocidental; Mares Báltico, Mediterrâneo, Negro e Asiático; e região do Caribe. Falta agora a realização de um seminário dedicado ao Atlântico Sul e, em dezembro de 2012, a Costa do Marfim expressou o desejo de organizar um seminário voltado para os países da costa ocidental da África. Na ONU, aventou-se a possibilidade de realizar esse seminário, com recursos da Comissão Europeia, englobando todo o Atlântico Sul. Há a expectativa de que esse seminário sobre o Atlântico Sul seja realizado no âmbito das ZOPACAS.

O Brasil decidiu apresentar à ONU o seu interesse em organizar um seminário regional para o Atlântico Sul Ocidental e, neste momento, está sendo realizada a quarta reunião do Grupo de Trabalho do Processo Regular, onde esse tema deverá ser discutido junto com a Argentina e o

Uruguai, não estando assegurada que a oferta brasileira seja aceita pela ONU. É necessário aproveitar o ensejo da sessão da CIRM para a criação de um Grupo de Trabalho que venha a coordenar o seminário que o Brasil pretende organizar sobre o Atlântico Sul Ocidental, caso aprovado pela ONU.

Após o relato, o Secretário da CIRM apresentou a proposta de criação de Grupo de Trabalho relativo ao "*Workshop* Regional do Atlântico Sul Ocidental", conforme deliberado pela Subcomissão para o Plano Setorial para os Recursos do Mar, em sua 123ª Sessão Ordinária, realizada em 8 de abril de 2013.

A proposta foi analisada pelo plenário, tendo a Sra. JANICE considerado positiva a associação com a ZOPACAS. Informou que o MCTI dispõe de um termo de referência que pode, em território nacional, fomentar um *workshop* sobre ZOPACAS, envolvendo países africanos. Também considerou interessante apoiar a intenção da Costa do Marfim.

O Ministro PITALUGA salientou que existe o entendimento de que o Brasil não poderia se furtar a contribuir com o trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito do Processo Regular, e que seria extraordinário se houvesse a disponibilidade de recursos para o País realizar um seminário ZOPACAS. Ponderou que se deve observar a evolução do assunto e aguardar a decisão da ONU.

A Sra. JANICE ressaltou que existe no MCTI um programa específico para a ZOPACAS, oriundo de uma proposta para promover treinamento para países do Atlântico Sul. Afirmou que seria interessante que o Brasil liderasse um *workshop* para delineamento de um programa, e o apoio para treinamento, inclusive com dias de mar nos nossos navios de pesquisa. Assegurou que havia, no âmbito da Comissão Oceanográfica intergovernamental (COI), interesse no apoio a esse tipo de atividade. Considerou que bastaria vislumbrar as condições no MCTI e nas Universidades, para fomentar a realização de um *workshop*.

O Almirante MOURA NETO, considerando que a Costa do Marfim fará o *workshop* do Atlântico Sul Oriental, sugeriu que fosse aprovada a resolução de o Brasil fazer o *workshop* do Atlântico Sul Ocidental, podendo haver uma evolução para a inclusão dos países africanos e da ZOPACAS.

O Almirante AGUIAR FREIRE informou que, durante a reunião Ministerial da ZOPACAS, no Uruguai, foi sugerido estabelecer algumas atividades de cooperação no âmbito da Defesa. Assim, o Ministério da Defesa organizará um seminário no segundo semestre de 2013, na cidade de Salvador, Bahia, sobre segurança do tráfego marítimo e busca e salvamento no Atlântico Sul.

O Embaixador CORRÊA DO LAGO ressaltou a importância de colocar o *workshop* no contexto da ZOPACAS, incluindo o máximo possível de países africanos e convidar a Costa do

Marfim a fazer uma apresentação do seu *workshop*. Lembrou, ainda, que o esforço de inclusão dos países africanos é uma operação extremamente cara. Finalizando, citou como delicada a questão relacionada à Argentina, quando o apoio é feito pela Comunidade Europeia, em função das Malvinas.

O Almirante MOURA NETO concordou plenamente com o Embaixador CORRÊA DO LAGO, ou seja, com a realização de um *Workshop* Regional do Atlântico Sul Ocidental, podendo evoluir posteriormente para a ZOPACAS.

Após a leitura da Resolução correspondente, o Coordenador da CIRM declarou aprovada a criação do Grupo de Trabalho relativo ao "*Workshop* Regional do Atlântico Sul Ocidental" e assinou a Resolução nº 2/2013/CIRM.

7.2 – Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira – REMPLAC

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MME para relatar as atividades do REMPLAC, tendo o Sr. LUIZ FERNANDO informado que existe uma confluência do PROÁREA e do REMPLAC, levando em conta as operações do Serviço Geológico do Brasil, e que durante o último ano houve um predomínio das atividades do PROÁREA. Destacou os principais projetos que estão sendo conduzidos pelo REMPLAC (Projeto GRANMAR, Projeto Ouro, Projeto Aluvião Diamantífero e Projeto Fosforita Sul).

Citou a parceria internacional Brasil-Japão na área de ciências do mar, com o emprego do Navio YOKOSUKA em apoio a diversos projetos de pesquisa nas áreas de geologia e biologia, no Atlântico Sul. Essa parceria é coordenada pelo MRE e pelo MCTI, e tem a participação da CPRM, SECIRM, PETROBRAS e diversas Universidades. Ressaltou que o Navio YOKOSUKA está equipado com o minissubmarino SHINKAI 6500, o que permitirá mergulhos tripulados para averiguações geológicas, principalmente, na Elevação do Rio Grande.

Complementando as informações sobre as atividades do REMPLAC, a Dra. MÁRCIA MAIA fez um breve relato sobre o desenvolvimento do Projeto Colmeia, a bordo do Navio L'ATALANTE, numa parceria entre a CPRM e o Instituto Francês de Pesquisa para Exploração do Mar (IFREMER). Esse Projeto realizou uma missão científica, no período de 24 de janeiro a 28 de fevereiro de 2013, na região do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, envolvendo diferentes Institutos, inclusive o IEAPM. A Dra. MÁRCIA MAIA mostrou, em mapas, as áreas levantadas, com vistas a entender a evolução geológica do Arquipélago, a verificação da ocorrência de sítios hidrotermais (fumarolas) e a localização de cinco hidrofones, fundeados com o objetivo de estudar a sismicidade na área, e que permite, também, o monitoramento de baleias.

O Sr. LUIZ FERNANDO informou que a CPRM continua o levantamento geológico

marinho, visando à recuperação da praia de Ponta Negra, na cidade de Natal, RN, e que foi concluído o projeto de planejamento governamental “Zoneamento de Recursos de Óleo e Gás”, em fase de editoração. Ressaltou a necessidade da criação de um banco que reunisse os dados coletados pelas diversas Ações desenvolvidas no âmbito da CIRM, facilitando o intercâmbio de informações sobre as amostras coletadas.

Finalizando, informou que a previsão orçamentária para 2013, com cerca de vinte milhões de reais destinados às atividades do REMPLAC e de trinta e três milhões para pagamentos de restos a pagar, totalizam recursos da ordem de cinquenta e três milhões para a Geologia Marinha.

7.3 – Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar – PPG-Mar

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra à representante do MEC para relatar este subitem. A Professora CLEUZA apresentou as principais atividades desenvolvidas pelo PPG-Mar em 2013, e citou algumas das ações previstas para o segundo semestre do ano em curso:

- Aprovação do Relatório PPG-Mar-2012 e Plano de Trabalho e Orçamento-2013, na 23ª Sessão Ordinária do Programa, realizada em 14 de março.

- Escolha dos organizadores dos seis novos livros didáticos que serão produzidos pelo PPG-Mar:

Introdução à Oceanografia Física – Dr. CARLOS ALESSANDRE DOMINGOS LENTINI (UFBA) e Dr. JOSÉ LUIZ LIMA DE AZEVEDO (FURG); *Embarcações e Artes de Pesca* – Dr. VANILDO SOUZA DE OLIVEIRA (UFRPE); *Maricultura* – Dr. WILSON FRANCISCO BRITTO WASIELESKY JUNIOR (FURG); *Gerenciamento Costeiro* – MILTON LAFOURCADE ASMUS (FURG), Dr. ALEXANDRE TURRA (USP) e Dr. MARCUS POLETTE (UNIVALI); *Processamento de Amostras e Tratamento de Dados em Ciências do Mar* – Dr. DANILO KOETZ DE CALAZANS (FURG); e *Fronteiras do Conhecimento em Ciências do Mar* – Dr. PAULO DA CUNHA (UFPR) e Dr. JORGE PABLO CASTELLO (FURG).

Relatou, ainda, como Atividades Específicas dos Grupos de Trabalho:

- **GT Empreendedorismo** – em discussão a contratação de consultoria para a realização de seis oficinas de empreendedorismo em 2013 e a elaboração do Guia do Empreendedor em Ciências do Mar, além de convênio de cooperação entre SEBRAE Nacional e SECIRM para difusão da cultura empreendedora na área de Ciências do Mar no País;

- **GT Experiência Embarcada** – concluído o documento contendo o diagnóstico das condições de uso das embarcações civis disponíveis no país para capacitação de estudantes, que será encaminhado ao Ministério da Educação. Posteriormente, o documento será disponibilizado no Portal Ciências do Mar Brasil (www.cdmb.furg.br); e

- **GT Qualificação Docente** – em andamento a coleta de dados das matrizes dos cursos e dos currículos do corpo docente, visando à identificação das áreas carentes de formação. Iniciou-se, também, o processo de adaptação de material de apoio pedagógico destinado à capacitação docente, elaborado pela UNIVALI, à área de Ciências do Mar. O “Guia de Atividades Práticas Sobre o Ambiente Marinho” está em fase de impressão.

Comunicou que o **6º EnCoGrad-Mar**, inicialmente marcado para 19 a 23 de agosto, em Salvador, BA, terá sua data e local alterados em razão do curto tempo para organização e o alto custo envolvido. A nova data provável é 4 a 8 de novembro, em Florianópolis, SC. A programação preliminar aprovada será mantida e reunirá coordenadores (Graduação e Pós Graduação) e líderes de grupos de pesquisa (aproximadamente 400 participantes), que discutirão diretrizes para a pesquisa em Ciências do Mar.

Informou que, no próximo quadrimestre, o PPG-Mar deverá participar da 65ª Reunião Anual da SBPC; do IV Congresso Brasileiro de Biologia Marinha (IV CBBM) e do XVIII Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca (XVIII CONBEP).

Finalizando, a Prof. CLEUZA manifestou a sua satisfação de fazer parte do Colegiado da CIRM, como representante do MEC e como Reitora da FURG, uma universidade voltada para os ecossistemas costeiros oceânicos e que tem, na sua pauta, todas as ações das ciências do mar.

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra à representante do MCTI para relatar o subitem seguinte.

7.4 - Biotecnologia Marinha – BIOMAR

A Sra. JANICE comunicou que avançam as deliberações anteriores a respeito do *workshop* sobre biotecnologia marinha que será realizado pelo MCTI, com o apoio da SECIRM, nas instalações do CNPQ, no período de 14 a 16 de maio. Desse evento, esperam-se: levantar informações acerca do estado da arte na biotecnologia marinha no Brasil; analisar as oportunidades, desafios e potencialidade inerentes à biotecnologia marinha; estabelecer uma agenda científica para a biotecnologia marinha; e propor mecanismos para ampliar o número de projetos de pesquisa, visando a gerar conhecimentos, processos e produtos a partir da biodiversidade marinha. Visa, ainda, a apoiar a articulação e a interação entre a academia e o setor privado. Concluindo, espera que esse *workshop* produza uma agenda efetiva sobre a biotecnologia marinha no Brasil.

7.5 - Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha – REVIMAR

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Sr PAULO ROGÉRIO que, após comentar o sinergismo como os temas vem sendo conduzidos pela CIRM, passou a palavra à Sra. JAQUELINE MADRUGA para relatar as atividades do REVIMAR:

- O Plano de Trabalho do REVIMAR está sendo construído, considerando as discussões entre os parceiros que integram o Comitê, em especial a meta 1 (estabelecer um programa de monitoramento das espécies marinhas, com destaque para aquelas em situação de vulnerabilidade, ameaçadas e sobre-explotadas);
- Das sete metas do REVIMAR, quatro vêm sendo executadas sob a coordenação do ICMBio (avaliação das espécies marinhas; monitoramento de manguezais; monitoramento de recifes de corais e plano de ação para espécies marinhas ameaçadas), e algumas das metas estabelecidas no VIII PSRM já foram plenamente alcançadas;
- A meta sobre áreas marinhas protegidas será discutida oportunamente, tendo em vista a reestruturação da Secretaria de Biodiversidade e Florestas e a definição do papel do MMA/ICMBio para tratar do assunto junto ao REVIMAR; e
- A meta de fiscalização do uso dos recursos vivos marinhos, com vistas à proteção e à exploração sustentável, vem apresentando resultados satisfatórios e, como exemplo, citou uma operação realizada no início de março, no litoral fluminense, envolvendo o IBAMA e outros órgãos, resultando na apreensão de vinte toneladas de corvinas, produto da pesca ilegal de cerco por traineira.

Finalizando, comunicou que o REVIMAR está ampliando a composição do Comitê Executivo, prevendo a criação de Grupos de Trabalho para fortalecer a execução das atividades.

A Sra. MARIÂNGELA cumprimentou o MMA pelas atividades sendo desenvolvidas no âmbito do REVIMAR e considerou importante a iniciativa de incluir o IBGE no Comitê Executivo do REVIMAR, tendo em vista a experiência desse Instituto na estatística pesqueira.

O Coordenador da CIRM passou a palavra à Sra. MARIÂNGELA DE LORENZO, representante do MPA para relatar o subitem seguinte.

7.6 - Aquicultura e Pesca – AQUIPESCA

A Sra. MARIÂNGELA informou que o MPA está num processo interno de estruturação e, com a admissão de pessoal concursado, espera mobilizar as representações do Ministério na CIRM, reduzindo a rotatividade dos representantes, tornando efetivo o AQUIPESCA.

Em seguida, o Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Contra-Almirante SILVA RODRIGUES para relatar os subitens 7.7 a 7.9 da Agenda.

7.7 - Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima – GOOS/BRASIL

- Programa Nacional de Boias - PNBOIA

O Almirante SILVA RODRIGUES comunicou que, na Rede de Observação do PNBOIA, das seis boias fixas lançadas, duas encontram-se inoperantes. A boia de Rio Grande está aguardando, na DHN, a manutenção com a troca de alguns sensores e a boia de Cabo Frio está

pronta para relançamento, cujo fundeio deverá ocorrer no mês de maio.

Em 2012, foram lançadas cinquenta boias de deriva nas comissões realizadas por navios da DHN. Atualmente, existem quinze boias de deriva disponíveis para lançamento neste ano, sendo sete em maio, quatro em agosto, quatro em outubro, e a previsão de chegada de mais 35, a serem doadas pela NOAA. A meta do PNBOIA é o lançamento de sessenta boias de deriva por ano.

Estão sendo adquiridos pela CNBW, com recursos da SECIRM, por meio de uma licitação internacional, dez flutuadores ARGO, os primeiros para a implantação do Programa ARGO-Brasil.

- Rede de Observação do Projeto PIRATA

Encontra-se em andamento a Décima Quarta (XIV) Comissão para Manutenção das oito boias da rede de Observação do Atlântico Sul e Tropical (PIRATA). A manutenção está sendo realizada pelo INPE, com apoio da MB, por meio da DHN, da SECIRM, da Base Naval de Natal (BNN) e da Empresa CP+, que cedeu o Navio *Ocean Stalwart*, do Grupo Suzano, para a realização da referida comissão. A utilização do navio ocorreu devido ao fato de o Navio Oceanográfico "Antares" encontrar-se em período de reparos e avaliação.

A manutenção das boias foi dividida em duas etapas. No período de 1º a 16 de março, foi realizada em três boias. A segunda etapa está prevista para o mês de maio de 2013, quando será efetuada nas outras cinco boias. Para viabilizar a comissão, a SECIRM forneceu o óleo combustível necessário e arcou com as despesas portuárias na BNN.

- Rede de Monitoramento do Nível Médio do Mar - GLOSS

Está agendada para o período de 22 a 26 de abril a instalação da estação maregráfica em Rio Grande, RS. Ela está sendo montada no cais da praticagem do porto de Rio Grande. Nessa oportunidade, deverá ser feita também a manutenção ou a substituição da estação maregráfica de São Francisco do Sul.

- O Projeto MOVAR e a Rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas estão operando dentro da normalidade esperada.

Os dados das boias estão disponibilizados na página www.goosbrasil.org.

A Sra. JANICE agradeceu à SECIRM pela pronta resposta à manutenção das boias do Projeto PIRATA, com o emprego de um navio da CP+, e o fornecimento do óleo diesel, quando da indisponibilidade dos meios da DHN. Informou que, no escopo do Projeto PIRATA, foi fundada a primeira boia ATLAS com conteúdo 100% nacional, uma realização do INCT para mudanças climáticas. Concluindo, registrou um retorno de dados muito aquém do desejado no âmbito do PNBoia e sugeriu uma discussão a respeito das logísticas empregadas pelo GOOS-Brasil para possíveis articulação e auxílio.

7.8 - Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas

- PROTRINDADE

Com o propósito de formalizar os trabalhos em curso para elaboração do Projeto Básico de geração elétrica por fonte renovável, que permitirá a redução de 80% do consumo de combustível fóssil, foi assinado pela SECIRM e pelo Comando do Primeiro Distrito Naval, em dezembro do ano passado, o Acordo de Cooperação Técnica com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPTEL, da ELETROBRÁS. O acordo viabilizará, também, uma proposta de convênio para aquisição dos equipamentos, cujos recursos serão disponibilizados pela ELETROBRÁS.

A primeira fase da revitalização da iluminação externa do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade – POIT foi concluída, com a substituição de toda a fiação aérea por cabos subterrâneos, com a modernização da rede física de dados e de telefonia e com a instalação de um anel de fibra ótica, também subterrâneos.

Em plena operação, a Estação Científica da Ilha da Trindade (ECIT) comemorou dois anos, no último dia 5 de dezembro. A ECIT apoia os pesquisadores do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade – PROTRINDADE. Com capacidade para receber até oito pesquisadores, a Estação possui dois camarotes, dois laboratórios (seco e úmido), dois banheiros, sala de estar integrada à cozinha, área de serviço e varanda, além de ser equipada com mobiliário e utensílios domésticos suficientes para propiciar um adequado conforto aos pesquisadores.

Atualmente, estão em desenvolvimento, na Ilha da Trindade, Arquipélago de Martin Vaz e águas marítimas adjacentes, 25 projetos de pesquisas científicas.

- PROARQUIPELAGO

Distante cerca de 1.100 km da costa de Natal, RN, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) é um conjunto de ilhas rochosas situadas no meio do Oceano Atlântico. Por se tratar de um caso raríssimo de formação de ilhas, que incorpora características que lhe conferem uma situação privilegiada para o desenvolvimento de pesquisas, esse arquipélago vem servindo de apoio, ininterruptamente, há quinze anos, para cientistas desenvolverem pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, como geologia, geofísica, biologia, engenharia de pesca, oceanografia, meteorologia e sismologia.

O ASPSP proporciona ao Brasil o direito de consolidar uma extensa faixa marítima de exclusividade para exploração econômica dos recursos naturais vivos e não vivos, correspondente a uma área de aproximadamente 450 mil quilômetros quadrados ao seu redor, o que equivale a cerca de 13% de nossa Zona Econômica Exclusiva (ZEE). A realização de pesquisas e a consolidação dessa importante porção de ZEE requerem, entretanto, a habitação

permanente do local, razão pela qual, em 25 de junho de 1998, foi inaugurada a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

7.9 – Programa de Mentalidade Marítima – PROMAR

Com o objetivo de divulgar a importância do mar e despertar na sociedade brasileira uma mentalidade marítima, a Marinha do Brasil, por meio do Programa de Mentalidade Marítima, realizou exposições, desde a última Sessão desta Comissão, nos seguintes eventos: XIII Regata a Remo em Escalor Poder Marítimo, no Centro de Instruções Almirante Graça Aranha, na cidade do Rio de Janeiro, RJ; Conclusão do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE, na Escola Superior de Guerra (ESG), na cidade do Rio de Janeiro, RJ, cujos formandos homenagearam o PROANTAR, dando-lhe esse nome à Turma; no lançamento do concurso público para escolher o projeto da nova Estação Antártica, no Instituto de Arquitetos do Brasil, no Rio de Janeiro, RJ; na 11ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, na Universidade de São Paulo, SP; na 15ª Festa do Mar, na cidade de Rio Grande, RS; e na LAAD2013, no Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

Como parte das ações de divulgação do conceito “Amazônia Azul”, a SECIRM proferiu palestras nas seguintes instituições: Estação Radiogoniométrica da Marinha em Belém, PA; Base Naval de Natal, RN; Escola de Guerra Naval (CEMOS), RJ; Comando do 1º Distrito Naval, RJ; Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, SP; Câmara dos Deputados, DF; e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN.

Apoiando as atividades ligadas ao mar, a SECIRM doou material de divulgação para as seguintes instituições: Centro de Ensino Médio 1 de Brazlândia, DF; Estação Radiogoniométrica da Marinha em Belém, PA; Capitania dos Portos da Paraíba, PB; Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, PE; Escola Bosque de São Paulo, SP; e Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.

Finalizando, informou que está disponível o novo site da CIRM, www.cirm.mar.mil.br, em uma linguagem mais interativa e visual mais moderno, e que, sobre a mesa, encontra-se um exemplar do INFOCIRM nº 1/2013, referente ao primeiro quadrimestre do ano.

8.0 - OUTROS ASSUNTOS

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Secretário da CIRM para apresentar o subitem seguinte.

8.1 - Planilha de Acompanhamento de Custos dos Programas e Ações da CIRM no Ano de 2012

O Almirante SILVA RODRIGUES explicou que a planilha discrimina os recursos alocados,

em 2012, pelas instituições, para a realização das ações desenvolvidas no âmbito da CIRM. Esclareceu que os valores lançados foram informados à SECIRM pelos respectivos órgãos, e solicitou que as possíveis discordâncias com os valores sejam encaminhadas à SECIRM, com a maior brevidade possível.

8.2 - Atividades do Ministério do Esporte em Águas Abertas

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do Ministério do Esporte para relatar esse assunto, tendo o Sr. JOSÉ ROBERTO GNECCO informado que o Ministério vem desenvolvendo atividades náuticas e investindo diretamente R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) e indiretamente R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) em programas típicos de mentalidade marítima, como vela, canoagem e remo, mediante convênios com entidades públicas. Citou a capacidade técnica operacional de executar convênios com as Forças Armadas, atualmente, com 120 núcleos funcionando, nenhum ainda com a Marinha, havendo a intenção de disseminar essa prática também na MB.

O Almirante MOURA NETO assegurou que se houver interesse do ME, a Marinha poderia fazer um contato, por intermédio da Organização que cuida de Esportes, fora do âmbito da CIRM, pois existe grande interesse em difundir e apoiar a prática de esportes ligados ao mar. O Sr. GNECCO confirmou o interesse e se colocou à disposição para maiores esclarecimentos.

A Sra. MARIÂNGELA citou a pesca recreativa como um esporte náutico que poderia ser incluído no rol das atividades em mar aberto.

O Almirante MOURA NETO concedeu a palavra ao Secretário da CIRM para relatar o subitem seguinte.

8.3 - III Congresso Mares da Lusofonia

O Almirante SILVA RODRIGUES informou que o Instituto Mares da Lusofonia, com o apoio da Marinha do Brasil e de Portugal, realizará, de 20 a 23 de maio, no auditório da Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, o seu III Congresso, tendo como tema: "No Mar, o Futuro das Nações Lusófonas". O evento contará com os seguintes painéis temáticos: "A Importância do Atlântico Sul"; "A Lei do Mar"; "O Mar como Fonte de Riqueza"; "A Segurança no Mar"; e "A Lusofonia e o Mar como Espaço Cooperativo".

As conferências e palestras desse Congresso trazem conhecimentos para reflexões sobre as possibilidades do Mar e seu futuro para os diversos países de língua portuguesa.

Informações mais detalhadas sobre o Congresso podem ser verificadas na página: www.maresdalusofonia.com.br.

O Almirante MOURA NETO concedeu a palavra ao representante do MRE para relatar o assunto seguinte.

8.4 - Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS

O Embaixador CORRÊA DO LAGO informou que a criação da ZOPACAS, em grande parte, aconteceu por incentivo do Brasil, com a aprovação pela Assembleia Geral da ONU em 1986. Essa reunião, com participação do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Defesa, na sua sétima edição, foi realizada em Montevidéu, reiterou o compromisso tradicional que é a promoção da paz, da segurança, da cooperação, da democracia, do desenvolvimento sustentável, da prosperidade econômica, da inclusão social, da integração cultural e da solidariedade. Mais uma vez, foi reiterada a paz no Atlântico Sul, como zona livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa. Há, evidentemente, uma dimensão comercial muito importante, pois, 95% das nossas exportações passam pelo Atlântico Sul. Um dos resultados obtidos, na sétima reunião, foi o aumento da cooperação na exploração sustentável dos recursos marinhos, de acordo com a Rio+20. Também foi obtida a concordância dos países membros das ZOPACAS de apoiar a iniciativa do Brasil sobre o santuário de baleias do Atlântico Sul. Finalizando, informou que a próxima reunião ministerial será realizada em Cabo Verde.

8.5 - Estratégia para Áreas Marinhas Protegidas

O Sr. SÉRGIO BRANT, após receber a palavra do Coordenador da CIRM, realçou a importância que o MMA dá para a questão da ampliação das áreas protegidas marinhas e a participação da MB nesse processo. Lembrou que o MMA considera a Marinha uma parceira fundamental para que o Brasil possa aumentar as áreas de proteção, com vistas a alcançar as metas previstas. Citou que outro parceiro importante é o MPA, no sentido de implantar mecanismos de proteção por intermédio da regulação do uso, avançando nessa questão e na proteção estratégica de espécies ameaçadas. Ressaltou que o MMA precisa da Marinha e quer trabalhar em conjunto na discussão das questões ambientais. Citou, como exemplo, a questão de Alcatrazes, onde esteve pessoalmente acompanhando um exercício de tiro. Manifestou que o MMA tem interesse na proteção daquela Ilha e reconheceu que as áreas ocupadas pela Marinha estão em melhores condições de conservação. Assegurou que, pelo que viu nesse exercício, do ponto de vista ambiental, pode testemunhar que se há algum impacto, está estabilizado e, com as medidas que são tomadas, é possível garantir proteção sem implicar na paralisação dos exercícios da MB. Salientou o interesse de estreitar ao máximo essa relação e trabalhar de forma aberta para ampliar cooperações. Enfatizou que existem vários exemplos de como a Marinha pode se engajar mais na questão de proteção dos recursos marinhos e alcançar as metas de conservação de uma forma consistente.

O Almirante MOURA NETO afirmou que a Marinha do Brasil está aberta a discutir qualquer assunto e destacou que no colegiado da CIRM, onde a MB está presente, o Secretário é o ponto de contato para as questões referentes ao uso sustentável dos recursos do mar.

O Sr. LUIZ FERNANDO destacou que o MME gostaria de participar das discussões sobre áreas marinhas protegidas, pois os recursos minerais na plataforma continental são enormes, haja vista que a própria Nação destinou um considerável volume de recursos para a exploração das riquezas minerais marinhas. Salientou o interesse na exploração dessas riquezas da forma mais sustentável possível e que essa discussão precisa congrega os vários Ministérios, com seus diversos interesses.

O Sr. SÉRGIO BRANT disse que fez questão de ressaltar a atuação da Marinha por ser a coordenadora da CIRM, mas que existem contatos com as demais pastas, inclusive com o MME.

A Sra. MARIÂNGELA reforçou as palavras do Sr. SÉRGIO BRANT quanto à importância da parceria existente entre o MMA e MPA, e manifestou o interesse do MPA em continuar participando das atividades relacionadas às áreas protegidas marinhas. Lembrou que o processo de ordenamento de algumas espécies envolve um viés social, pois a desmobilização de atividades econômicas cria problemas sociais. Considerou que é fundamental a participação dos diversos Ministérios nas discussões sobre áreas protegidas marinhas, desde o início do processo, e não apenas nas audiências públicas.

9.0 - DATA DA PRÓXIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CIRM

O Coordenador da CIRM propôs que a próxima Sessão Ordinária seja realizada no dia 29 de agosto de 2013 (quinta-feira).

10.0 - ENCERRAMENTO

Finalizando, o Almirante MOURA NETO agradeceu a todos pela presença e declarou encerrada a 183ª Sessão Ordinária da CIRM.